

## O RELATO DE HANNAH ARENDT SOBRE AS LIÇÕES DA REVOLUÇÃO HÚNGARA

### HANNAH ARENDT'S ACCOUNT OF THE LESSON OF THE HUNGARIAN REVO- LUTION

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v11i3.50880>

**José Luiz de Oliveira\***

Universidade Federal de São João del-Rei

<http://lattes.cnpq.br/6211463254144153>

<https://orcid.org/0000-0001-8086-9467>

[jlos@ufsj.edu.br](mailto:jlos@ufsj.edu.br)

**Ana Luisa Lima Grein\*\***

Universidade Federal de São João del-Rei

<http://lattes.cnpq.br/3704425358969029>

<https://orcid.org/0000-0001-9718-7497>

[analuisagrein@gmail.com](mailto:analuisagrein@gmail.com)

\* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2007). Atualmente é professor Associado IV do Departamento de Filosofia e Métodos da Universidade Federal de São João del-Rei. Coordena o GEPLHANB.

\*\* Graduada em História na Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação de Filosofia da UFSJ.

José Luiz de Oliveira  
Ana Luisa Lima Grein

### **Resumo**

O presente artigo visa discorrer sobre as considerações de Hannah Arendt no que tange à Revolução Húngara, evento que trouxe à tona a questão da urgência em pensar novos sistemas de governo para o século XX. A busca pelo domínio imperialista continental por parte da Rússia ampliou a abrangência do regime totalitário soviético para os países vizinhos, que se tornaram uma espécie de satélite do centro em Moscou. Nesse contexto de dominação, em 1956, uma revolução se iniciou na Hungria. Por mais que tenha sido brutalmente reprimida em semanas, esses dias foram suficientes para a manifestação de organizações políticas por parte da população, que, em todos os seus segmentos, de estudantes, trabalhadores de diversos setores, intelectuais, exército e civis, formaram conselhos para debater as questões urgentes. A partir dessa iniciativa de organização destacada por Arendt como espontânea, analisaremos o que essa revolução tem a colaborar para as reflexões em relação à participação política nos espaços públicos e à criação de novos corpos políticos.

**Palavras-chave:** Conselhos. Hungria. Política. Revolução. Totalitarismo.

### **Abstract**

The present article aims to discuss Hannah Arendt's considerations regarding the Hungary Revolution, an event that brought to the fore the question of the urgency of thinking about new systems of government. The quest for imperialist continental dominance by Russia extended the reach of the totalitarian soviet regime to neighboring countries, which became a kind of satellite of the center in Moscow. In this context of domination, in 1956, a revolution broken out in Hungary. Although it was brutally repressed in weeks, those days were enough for the manifestations of political organizations on the part of the population that, in all its segments, from students, workers from different sectors, intellectuals, army, civilians, formed councils to discuss urgent issues. Based on this organizational initiative highlighted by Arendt as spontaneous, we will analyze what this revolution, which took place in the 20th century, has to contribute to reflections regarding political participation in public spaces and the creation of new political bodies.

**Keywords:** Councils. Hungary. Politics. Revolution. Totalitarianism.

## Introdução

As análises de Hannah Arendt sobre o âmbito da política estão interligadas com temáticas centrais também abordadas como liberdade, pluralidade, espaços público e privado, poder, autoridade e, entre elas, também o fenômeno da revolução. Na obra *On Revolution*, Arendt (2006) se dedica em analisar os eventos revolucionários, a fim de compreender qual sua magnitude para o campo da política. Ela parte de referências históricas para discutir as questões relativas à ação política e utiliza as revoluções, particularmente a Francesa e a Americana ocorridas no contexto do século XVIII, como exemplos de ruptura com estruturas e tradições que as acompanhavam. Ao longo das argumentações do livro, a autora também menciona outras revoluções, como a Russa e a Húngara, ocorridas no século XX, com o objetivo de evidenciar o reaparecimento do espírito revolucionário no cenário político. Dessa maneira, trataremos das considerações de Arendt sobre a Revolução Húngara, a fim de examinar os momentos em que a ação política aparece no espaço público, no contexto do século XX, momento em que não se esperava ver o espírito revolucionário emergir no cenário político.

Neste artigo, em um primeiro momento, recorreremos à obra *Origins of Totalitarianism* (1979), em que Arendt analisa os regimes totalitários, sob os quais estavam enredados a Hungria e os demais países vizinhos. Com base principalmente no prefácio da Terceira Parte do livro adicionado pela própria autora anos depois da primeira publicação, contextualizaremos brevemente o regime totalitário russo e a crise surgida com a morte de Stalin, dado que ela acabou por provocar certa flexibilização dos aparatos de controle e repressão. Foi nesse momento de aparente abertura do regime que os húngaros se movimentaram para se manifestarem politicamente. Dessa maneira, analisaremos o cerne desta aparente flexibilização e sua relação com as ações tomadas no decorrer dos acontecimentos.

A seguir, evidenciaremos como ocorreu a organização política no seio dessa revolução que, apesar de ter sido reprimida em questão de semanas, também foi rapidamente organizada. Durante esses dias, foram

fundados conselhos locais, revolucionários, de trabalhadores das mais diversas áreas, de estudantes e de intelectuais de modo que a maioria da população estava organizada politicamente em prol da reivindicação pela autonomia do país e da participação nos assuntos que deveriam ser públicos. Considerando essas organizações surgidas espontaneamente da ação em conjunto das pessoas, explicitaremos os pontos que Arendt destaca para compreender como se deu a tentativa de estruturação de um novo corpo político fundado sobre outras bases, como, por exemplo, a dos conselhos.

Por fim, iremos apresentar, de acordo com Arendt, possíveis lições no âmbito da ação política que essa revolução deixou como legado. Para a pensadora que viveu no século XX, o fenômeno foi uma luz no túnel escuro do contexto totalitário pós Segunda Guerra Mundial na Europa, pois ela incitou outros movimentos de levantes<sup>1</sup>, especialmente nos chamados países satélites no interior da Guerra Fria. Em termos Arendtianos, esse evento húngaro foi de magnitude revolucionária, uma vez que transformou o modo como se reagia aos governos totalitários e trouxe à tona, no século XX, o espírito revolucionário de criar algo novo na política, que havia se perdido com as revoluções do século XVIII.

## Contexto pós Segunda Guerra Mundial

A Revolução Húngara aparece nas reflexões de Hannah Arendt em diversas obras. Nelas, a autora trata sobre as experiências políticas que considera relevantes para compreender, a partir de eventos que trazem certas indagações, a saber: o que significa o poder, a liberdade, a política e a pluralidade. A pensadora aborda essa revolução em partes da entrevista concedida a Adalberto Reif em 1970, presente ao final do livro *Crisis of the republic* (1972), analisa sua organização em partes do livro

---

<sup>1</sup> Exemplos citados no ensaio: Primavera de Praga (1968) e Revolução de Veludo (1989) (Arendt, 2018a, p. 9).

*On Revolution* (2006) e exemplifica o contexto histórico totalitário e sua relação com esse regime em *Origins of Totalitarianism* (1979) e nos prefácios adicionados posteriormente. Também foi produzido um ensaio intitulado “Imperialismo totalitário: reflexões sobre a Revolução Húngara”, publicado em 1958, que se encontra no livro “Ação e a busca da felicidade” (2018a), bem como no “Pensar sem corrimão” (2021).

Esse ensaio foi escrito mais de um ano após a derrota dos revolucionários pela invasão soviética, amparada no poderio bélico sustentado pelo Pacto de Varsóvia. Nesse contexto, como ressalta Heloísa Starling (2018, p. 9): “Os húngaros iriam ensinar algumas lições, e ela desejava escrever o ensaio para homenagear aqueles que pagaram tão caro ao mostrar como as coisas realmente são sob um regime totalitário”. A fim de compreender a relevância e magnitude desta experiência revolucionária, explicitaremos, neste item, o contexto histórico e político da Hungria e do ambiente que a cercava.

Até o acontecimento da Revolução Húngara, a história seguiu o curso dos chamados países satélites do regime imperialista<sup>II</sup> continental soviético. Nesse sentido, a política expansionista considerada parte desse imperialismo “acompanha a continuidade geográfica e se estende de um centro de poder para uma periferia em ampliação, que, então, deve gravitar ‘naturalmente’ em torno de seu centro” (Arendt, 2018a, p. 98). Por essa razão, a pensadora considera o termo “satélite” uma metáfora apropriada para interpretar a influência do regime, que realizou uma “extensão coesiva” como estratégia para a conquista dos territórios. Esse era o objetivo do tal imperialismo continental, que deveria ser coeso e, com isso, “nunca poderia ter tolerado uma dicotomia entre governo doméstico e poder colonial” (Arendt, 2018a, p. 98). Isso significa que, dado o objetivo de instaurar uma espécie de “império” dentro da Europa, os próprios povos europeus foram, apesar da tentativa de fuga dessa dicotomia, mobilizados enquanto colonos, que estariam sob a do-

---

II Sobre o uso do termo imperialismo para o caso dos países em torno da Rússia, por ela dominados, Arendt (2018a, p. 89-90) afirma: “Se essas pessoas dissessem que lutavam contra o imperialismo, a ciência política precisa aceitar esse termo, embora tenhamos preferido, por razões tanto conceituais quanto históricas, reservar a palavra ‘imperialismo’ para a expansão colonial da Europa”.

minação de “uma raça suprema, de origem germânica ou eslava” (Arendt, 2018a, p. 98). Devido a esses fatores, o contexto é interpretado por Arendt (2018a, p. 25) como um “resultado automático da hegemonia russa”,

Para se alcançar uma extensão de maneira coesa, foram estabelecidas estratégias. As ações direcionadas à bolchevização da Rússia e dos países vizinhos iniciaram-se pela implantação de uma ditadura de partido único, “que rapidamente eliminou os líderes e membros de partidos anteriormente tolerados” (Arendt, 2018a, p. 24). O regime passou a incriminar, julgar, torturar e assassinar quaisquer líderes comunistas nativos que, minimamente, deles se desconfiava. Além disso, a pensadora explica a consequência da burocratização radical da política:

A burocracia totalitária, com uma compreensão mais completa do significado do poder absoluto, intrmete-se no indivíduo privado e em sua vida interior com igual brutalidade. O resultado dessa eficiência radical foi que a espontaneidade interior das pessoas sob seu domínio foi morta junto com suas atividades sociais e políticas, de modo que a esterilidade meramente política sob as burocracias mais antigas foi seguida pela esterilidade total sob o regime totalitário (Arendt, 1979, p. 245, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Arendt (1972) pontua, outro fator a se considerar. No contexto pós Primeira Guerra Mundial, os países satélites da União Soviética não eram estados-nações propriamente, apesar de possuírem suas nacionalidades, como explica Arendt (1972, p. 219, tradução nossa), escrevendo no seio dos acontecimentos: “Em cada um deles, a ditadura está mais ou menos na mão da nacionalidade predominante e a oposição que a ameaça está sempre em risco de se transformar em um movimento de libertação nacional”. Por isso, a estratégia política do governo central de Moscou foi a criação de réplicas exatas de sua forma de governo bem como a ocupação dos cargos de lideranças locais com homens de confiança do governo central.

Disso, decorre que qualquer outra força política nacional de pequenos países dominados pelo sistema totalitário e qualquer tentativa de implantar medidas que tendessem à descentralização, seriam reprimidas pelo governo central. A partir desse contexto, o comentador de Arendt explica, da seguinte maneira, a caracterização do sistema com os principais elementos para a liquidação da pluralidade: “A política se vê transformada em um complexo sistema de disseminação da violência e do terror sob égide do Partido único, e, especialmente, da sua polícia secreta, instituição que se torna o verdadeiro ramo executivo do governo, estando inteiramente sujeita à vontade do líder” (Duarte, 2001, p. 251).

A centralização dos assuntos políticos e, portanto, o isolamento dos civis ao espaço público foram alguns dos fatores que anularam a liberdade que, para Arendt (2006), abrange a possibilidade de falar, ser ouvido e dar opiniões em um espaço comum com pessoas que interagem entre si sem o uso do instrumento da violência. Para compreender o sentido da liberdade atrelada à existência da revolução, a pensadora analisa o significado da política e do espaço político na *polis* da Antiguidade grega, a fim demonstrar que a política como uma mera função da sociedade é uma concepção que se concretizou a partir da modernidade.

Nesse período, acreditava-se que os homens, por terem nascido e serem criados em condições diferentes um do outro, necessitavam de uma instituição (a *polis*), para igualá-los. Isso significa que não se concebia liberdade e igualdade como qualidades inerentes ao homem, elas seriam resultado de um esforço humano para experienciá-las, fruto então da relação com os outros em um espaço, para que esta seja considerada como igual e que comporte a liberdade. Assim, podemos afirmar que a “*raison d’être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (Arendt, 2011, p. 192) e, conseqüentemente, ser livre quer dizer agir, e vice-versa.

Diante disso, uma das questões que retrata a profundidade da censura à liberdade de pensamento e ação é que mesmo uma expressão política favorável também era por vezes reprimida. No regime totalitário, portanto, não havia possibilidade de nenhum modo de expressão, como evidencia Duarte (2001, p. 251): “A arbitrariedade com que se esco-

lhem e se punem os que são considerados inimigos do regime totalitário abole radicalmente a liberdade humana como nenhuma tirania fora capaz antes”. Essa restrição culminou em problemas ao instituir pessoas aos cargos, pois, ao extinguir a livre expressão, não era possível saber suas reais opiniões e posições.

O silenciamento gerou uma desconfiança completa no regime, que não se limitava aos opositores. Por isso, explica a pensadora: “Já conhecíamos a atitude dos ditadores totalitários a esse respeito: a displicência com que Stalin indicava ocasionalmente seu sucessor, apenas para matá-lo ou rebaixá-lo de posto alguns anos depois, foi igualada e suplantada por algumas declarações isoladas de Hitler sobre o assunto” (Arendt, 2018a, p. 33). Para esses líderes, a questão de um sucessor não era de grande importância, visto que priorizavam o funcionamento do aparato governamental:

Nenhum governante antes de Stalin ou Hitler contestou a liberdade para dizer sim – Hitler excluindo os judeus e os ciganos do direito de consentimento e Stalin sendo o único ditador que cortou as cabeças de seus mais entusiásticos partidários, talvez porque tenha calculado que quem diz sim também pode dizer não (Arendt, 1972, p. 221, tradução nossa).

Entretanto, em 1953, Stalin morreu. A partir desse marco, a não preocupação com o sucessor e a desconfiança generalizada culminaram em um vácuo na liderança, o que acabou por prejudicar a manutenção do regime. Arendt (2018a, pp. 33-34) explica que não há como prever o que acontece após a morte de um ditador, e o problema da sucessão gera uma “grave crise na qual se envolvem as relações entre os próprios sucessores potenciais, entre eles e as massas, e a relação dos vários aparatos nos quais eles se apoiam”. No caso da sucessão do regime soviético, o que se deu foi uma disputa por popularidade, uma vez que qualquer possível sucessor não era popular, ou nem mesmo conhecido, devido ao ofuscamento de qualquer outra força política que não fosse a liderança de Stalin.

Nessa disputa, foram adotadas estratégias diferentes: Khrushchev buscou alianças internacionais, Lavrenti Beria (um dos mais próximos colaboradores de Stalin) adotou um discurso antibélico e apaziguante, e Geórgiy Malenkov passou a defender os bens de consumo para a melhoria do padrão de vida. Com o marco da morte de Stalin e as disputas políticas decorridas a partir dele, Arendt (2018a) identifica um processo de “degelo” [*thaw*] do regime. Porém, logo em seguida afirma que este lhe parecia temporário (e assim permaneceu para ela até a data em que estava escrevendo o texto). Esse processo é interpretado como certa flexibilização do regime, causado não por fatores éticos ou pelo aparecimento de uma nova forma de governo, mas pela crise de sucessão ao cargo ocupado por Stalin.

Quem assumiu a Secretaria Geral do Partido Comunista da União Soviética foi Nikita Khrushchev que, após anos de disputas pela liderança relacionadas à morte de Stalin, participou do golpe de Estado e passou a ocupar o cargo de chefe do governo russo em 19587. Esse golpe teve auxílio do exército nos mesmos moldes do golpe dado por Stalin, que teve apoio da polícia secreta<sup>III</sup> para assegurar sua liderança. A partir desse apoio, o exército assumiu grande força no Estado em substituição à polícia, o que Arendt (1979) destaca ter gerado uma importante transformação no modo de lidar com a ideologia do regime.

Para demonstrar tal transformação, a própria maneira como responderam à Revolução Húngara é ressaltada: ela foi brutal e rapidamente reprimida pelo Exército Vermelho, regular da União Soviética, e não de alguma polícia secreta. A diferença reside em como foram mobilizados os instrumentos de repressão e seu objetivo. No caso do exército, apesar de terem ocorrido execuções de líderes e prisões de milhares, não houve deportação ou nenhuma tentativa em massa de despopular o país, medidas consideradas adversas às de Stalin. Essa diferença indica, para Arendt (1979), que a União Soviética não poderia mais ser compreendida como totalitária em seu sentido estrito, porém o quadro

---

III Sobre o papel da polícia secreta no regime stalinista, Arendt (1979) dedica o segundo item do capítulo 12, a saber, “*Totalitarianism in power*”, da obra *Origins of Totalitarianism*.

de privação da liberdade de pensamento bem como o da política permanecia o mesmo.

É possível notar a mudança de discurso a partir do relatório apresentado por Khrushchev, que confessava os crimes cometidos por Stalin no 20º Congresso do Partido Comunista em 1956. Esse relatório marcou o início do “processo de desestalinização do regime soviético” (Arendt, 2018a, p. 28), respaldado por uma política de “liderança coletiva” (Arendt, 2018a, p. 35). Ao analisar os discursos, Arendt apresenta questionamentos, uma vez que as admissões de Khrushchev em relação aos crimes cometidos teriam sido de tons minimizantes, dado que o regime de Stalin, como explica a pensadora:

[...] não consistiu meramente em calúnia e assassinato de algumas centenas ou milhares de políticos proeminentes e figuras literárias que se pode ‘reabilitar’ postumamente, mas no extermínio literal de incontáveis milhões de pessoas que ninguém, nem mesmo Stalin, poderia ter suspeitado de atividades ‘contrarrevolucionárias’ (Arendt, 1979, p. XXIX, tradução nossa).

Apesar das omissões, como consequência desse processo, houve, de fato, um encerramento do “império policial”, uma dissolução dos campos de concentração e uma interrupção dos expurgos contra os chamados “inimigos objetivos” (Arendt, 1979, p. XXXV, tradução nossa), sendo essas ações substituídas por rebaixamentos de patentes e exílio. O que se observa é que a ferramenta da violência e do medo, por esses anos de crise, foi usada com menos veemência devido à própria fragilidade da manutenção dos instrumentos de controle.

Nessa perspectiva, o Relatório das Nações Unidas (1957, p. 18)<sup>IV</sup>, tomado como referência neste artigo, explicita que depois da Segunda Guerra Mundial, a Hungria conseguiu fazer eleição com seis partidos políticos, nos quais cinco elegeram assentos no Parlamento em 1945. Porém, em 1948, não comunistas foram silenciados, presos ou deportados e, em 1949, a Hungria se tornou uma Democracia do Povo. O governante era Mátyás Rákosi, comunista treinado em Moscou, que moldou a Hungria aos padrões soviéticos, nos quais a livre expressão e a liberdade individual não existiam mais, prisões arbitrárias eram comuns e expurgos realizados dentro e fora do Partido.

Contudo, a morte de Stalin seguida das admissões do relatório fizeram com que Rákosi fosse retirado do governo húngaro, e as esperanças de uma flexibilização aumentaram. Logo após, em 1953, Imre Nagy se tornou primeiro-ministro do então país satélite. Mesmo estabelecendo políticas mais abertas e nativo de seu país, ainda era subordinado aos moldes soviéticos. Com isso, os primeiros protestos aconteceram em 1955, quando escritores publicaram artigos sobre a doutrina do Partido e, apesar de a maioria ter sido presa, “o escopo desses protestos gradualmente se ampliou para incluir outras queixas do povo húngaro” (United Nations, 1957, p. 18, tradução nossa).

Todavia, foi a partir de outubro até novembro de 1956 que quase todos os dias se tornaram marcantes para a Hungria. Independente da repressão do governo de Moscou, Nagy, agora como liderança, iniciou uma reforma no modelo comunista húngaro. No dia 30 de outubro, aboliu

---

IV Esse é o Relatório do Comitê Especial das Nações Unidas sobre o problema da Hungria, publicado em 1957, que contém um acervo sobre o contexto húngaro. Ele possui explicações sobre o comitê, sua organização, como foram selecionados os arquivos e as testemunhas ouvidas; depoimentos das testemunhas que experienciaram os acontecimentos revolucionários na Hungria; retrospectiva com datação e explicação do que aconteceu no dia a dia das ações políticas; medidas do governo pós derrubada da revolução; intervenções soviéticas; organização dos conselhos revolucionários e de trabalhadores; direitos políticos pós revolução; violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais. As informações disponíveis nesse documento permitem um melhor estudo histórico dos acontecimentos, uma vez que escritos e documentos originados propriamente da Hungria são de difícil acesso tanto pela distância física quanto pela limitação do conhecimento da língua.

o sistema monopartidário e ao mesmo tempo iniciou a implantação de algumas políticas sociais, como o apoio aos pequenos produtores agrícolas (Arendt, 2018a, p. 27). Em 1º de novembro de 1956, três anos depois da morte de Stalin, Nagy prosseguiu com a busca pela autonomia do país e retirou a Hungria do Pacto de Varsóvia. Esse processo de reestabelecimento da autoridade do país sobre seu próprio sistema político, social e econômico estava tomando forma após o período stalinista. Foi frente a essa última declaração que, no dia 4 do mesmo mês, “o Exército Vermelho ocupou Budapeste e as principais cidades do país”<sup>V</sup>(Arendt, 2018a, p. 28).

O limite da autonomia fora ultrapassado. Então, o primeiro-ministro foi sequestrado e levado para a Romênia e só retornou para a Hungria no ano seguinte, porém preso, mesmo se declarando a favor de toda a ideologia política do Partido. Após a invasão do Exército Vermelho como resposta à declaração de saída da Hungria do Pacto de Varsóvia, János Kádár foi escolhido pelos russos para ser chefe de governo da Hungria com a explicação de que não estava sendo possível combater o “perigo contrarrevolucionário” (United Nations, 1957, p. 88, tradução nossa). A partir de então, o país foi severamente reprimido com o consentimento de seu chefe, que autorizou, por exemplo, em 1958, dois anos após o sequestro do ex-primeiro-ministro Nagy, seu enforcamento em Budapeste.

Por essa razão, a pensadora afirma que “parece que nada havia mudado, enquanto de fato tudo mudou” (Arendt, 1979, p. XXXVI, tradução nossa). Isso significa que a suspeita de Arendt de uma flexibilização momentânea do regime, apesar de ter mudado sua categorização, realmente foi interrompida quando Khrushchev saiu do cargo de secretário do Partido, participou do golpe e assumiu como chefe de Estado. Seu

---

<sup>V</sup> O Relatório do Comitê das Nações Unidas (1957, p. 89, tradução nossa) evidencia a fala de Nagy transmitida na rádio livre do controle russo anunciando a invasão os soviéticos: “Fala Imre Nagy, o Presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Hungria. ‘Hoje, ao nascer do dia, as tropas soviéticas atacaram nossa capital com a óbvia intenção de derrubar o governo democrático húngaro legal. Nossas tropas estão em combate. O Governo está no seu posto. Eu notifico o povo de nosso país e o mundo inteiro deste fato”.

discurso, em 1956, é evidenciado por Arendt, pois apresenta as ambiguidades<sup>VI</sup> do processo de desestalinização, que ora admite os crimes de Stalin, ora afirma que faltou compreensão por parte dos intelectuais a não compreenderem o “o papel positivo de Stalin” (Arendt, 2018a, p. 37).

A partir de suas afirmações, o novo chefe do Estado “anuncia a criação de ‘sindicatos criativos’ através dos quais ‘o crescimento criativo de todo escritor, artista, escultor etc.’ estaria sujeito ‘ao zelo constante dos camaradas’” (Arendt, 2018a, p. 37). Esses sindicatos foram, de acordo com a pensadora, uma substituição da repressão e terror policial e um disfarce que indicasse minimamente uma política de descentralização. Aos olhos analíticos de Arendt (2018a, p. 38), “ele parece planejar uma vingança exercida não apenas por um corpo externo (a polícia), mas recrutada em meio ao povo e, nesse caso, em meio aos próprios escritores e artistas”. Essa estratégia culminaria em um “aprimoramento do princípio de espionagem mútua que permeia as sociedades totalitárias, cuja eficácia foi conseguida por Stalin ao transformar a informação e denúncia no único teste de lealdade” (Arendt, 2018a, p. 38). Portanto, essa medida também acabou por inserir a seleção por parte da própria população contra os chamados “parasitas sociais”.

Outra medida tomada por Khrushchev que acabou por influenciar diretamente na repressão contra a autonomia dos países vizinhos foi “o remanejamento dos funcionários de Moscou para as províncias” (Arendt, 2018a, p. 39). Este foi o caso da Hungria, onde János Kádár, líder russo, assumiu como chefe de governo após a repressão do movimento revolucionário e a prisão do primeiro-ministro que o antecedeu, de naturalidade húngara. Por meio dessa medida de centralização e exclusão da população nativa nos assuntos públicos, é possível observarmos que o governo pós Stalin realizou algumas alterações na maneira como administrava sua organização política, mas não transformou suas raízes pautadas em um governo do terror e imperialista.

---

VI Sobre a alteração de discursos de um mesmo líder, Arendt (2018a, p. 59) explica: “A política de Stalin já tinha, como uma de suas bases principais, a combinação de uma política externa agressiva com concessões domésticas, e vice-versa, e é possível que também nesse contexto Khrushchev se mostre um discípulo de seu falecido mestre”.

Portanto, considerando o que foi abordado no presente item, é possível notarmos o contexto sufocante à liberdade nos países considerados satélites tanto no período stalinista quanto ao que lhe deu prosseguimento apesar da mudança de algumas estratégias explicitadas. Diante da hegemonia do regime, “o que esta revolução se confrontou foi com a questão da liberdade nos países do bloco soviético” (Starling, 2018, p. 9). Este é um ponto da Revolução Húngara que Arendt evidencia, a saber, o objetivo principal de usufruir da liberdade uma vez existente antes do domínio do imperialismo continental russo no Leste Europeu. A seguir, explicitaremos os elementos que elucidam a liberdade experienciada por meio dessa revolução e a relação que Arendt constrói entre esse fenômeno e seu pensamento político.

## **A Revolução Húngara e o breve respiro da Europa totalitária**

Em seu percurso de compreender o domínio dos assuntos humanos, Arendt analisa contextos de ruptura com as ordens vigentes, uma vez que o fator da imprevisibilidade da ação possibilita o aparecimento de novas organizações políticas no seio da sociedade. Nesse aspecto, a autora se dedica ao tema das revoluções, primeiramente do século XVIII, com a Francesa e a Americana, fenômenos de ruptura com um regime e das organizações em torno da criação de um novo corpo político. Tendo isso em vista, Arendt (2018b, p. 27) ressalta que: “revoluções não são respostas necessárias, mas possíveis, à degradação de um regime; não a causa, mas a consequência da derrocada da autoridade política”.

Dessa maneira, como abordado no item anterior, o contexto em que a Revolução Húngara veio à tona foi exatamente no período pós morte de Stalin e a crise de sucessão que ela causou. Na Hungria, o que se iniciou como uma manifestação pacífica se tornou uma ação revolucionária por dois fatores: a violência da ÁVH, o órgão regulador do governo, e a intervenção das forças soviéticas. De acordo com o Relatório das

Nações Unidas (1957), as medidas das autoridades soviéticas acabaram por fortalecer e unir o povo húngaro contra ambos os aparatos. Como sequência de acontecimentos, após incitarem a derrubada da estátua de Stalin, no dia 22 de outubro, os estudantes se direcionaram à Rádio Budapeste, “a fim de persuadir a estação a transmitir os dezesseis pontos do manifesto” (Arendt, 2018a, p. 72). O momento chave da manifestação dos estudantes para a revolução é relatado da seguinte maneira:

Uma grande multidão se aglomerou imediatamente, como se surgisse do nada, e quando a ÁVH – a polícia que protegia o prédio – tentou dispersar o grupo com alguns tiros, a revolução estourou. As massas atacaram a polícia e conseguiram suas primeiras armas. Os trabalhadores, ao ouvirem sobre a situação, deixaram as fábricas e se juntaram à multidão. O exército, chamado para defender o regime e ajudar a polícia armada, se juntou à revolução e armou o povo. O que começara como uma manifestação estudantil se tornou um levante armado em menos de 24 horas (Arendt, 2018a, p. 72).

Dentre os pontos dos manifestos, as principais demandas eram: retirada das tropas russas do território húngaro e eleições livres e secretas, a fim de instaurar um novo governo por meio da reorganização da Assembleia Nacional e lideranças políticas, libertação de presos políticos, autonomia econômica, remoção da estátua de Stalin e fim dos aparatos de controle<sup>VII</sup>. As reivindicações dos manifestos podem ser resumidas na busca pela independência política, econômica e militar, liberdade de expressão e participação política (United Nations, 1957).

À vista disso, a origem da ideologia não gerou conflito dentro do movimento, visto que eram os próprios comunistas a iniciarem a revolução, mas que, ao mesmo tempo, não instauraram restrição aos possíveis não comunistas. Essa ausência de disputa ideológica representou, para Arendt, mais um indício de que o objetivo em comum da luta pela li-

---

VII Sobre as medidas encaminhadas pelos revolucionários, a pensadora aponta que não ocorreram saques ou tomadas de propriedades privadas, nem crimes contra a humanidade, mesmo quando ocorreram alguns assassinatos (Arendt, 2018a, p. 76).

berdade ultrapassou os limites de partido, de ideologia e de diferentes camadas da sociedade. Os registros do relatório do Comitê das Nações Unidas (1957) apontam a mesma questão ao evidenciar que os manifestos advindos de diferentes segmentos da sociedade, sendo eles estudantes, trabalhadores e intelectuais, possuíam, no geral, as mesmas demandas.

Adiante, outro aspecto que Arendt (2006) considera surpreendente da Revolução Húngara foi seu “desenvolvimento espontâneo”. Nesse cenário, a autora faz referência às ideias de Rosa Luxemburgo de uma “revolução espontânea”. Para ela, Rosa Luxemburgo havia compreendido, a partir da experiência vivida nos conselhos operários revolucionários, que a boa ação não precede a mesma, mas é seu próprio produto e, consequentemente, “que ‘a organização da ação revolucionária pode e deve ser aprendida na própria revolução, assim como só se pode aprender a nadar na água’, que as revoluções não são ‘feitas’ por ninguém, mas irrompem ‘espontaneamente’” (Arendt, 2008, p. 62).

Assim sendo, em nome da liberdade, a população oprimida, sem acesso aos aparatos do estado, a instrumentos para uso de forças externas como a violência, a uma organização de conspiradores ou a uma propaganda<sup>VIII</sup> a seu favor, fez emergir uma revolução, “isto é, algo que todo mundo, seja conservador ou liberal, radical ou revolucionário, tinha descartado como um sonho nobre” (Arendt, 2018a, p. 30). Em tão pouco tempo organizaram-se e estipularam as prioridades para a institucionalização do usufruto da liberdade na política e, como ressalta Arendt, sem a ocorrência de uma guerra civil. Essa velocidade se deu por alguns motivos, dentre eles, destaca-se que “o exército húngaro se desintegrou em uma questão de horas” e “nenhum grupo, nenhuma classe na nação se opôs ao desejo do povo” (Arendt, 2018a, p. 73). Essa adesão militar ao movimento revolucionário favoreceu o acesso às armas para melhorar e aumentar a possibilidade de se defenderem da invasão sovi-

---

VIII Hannah Arendt discorre, em *Origins of Totalitarianism* (1979), sobre a importância da propaganda para o funcionamento do regime totalitário, no capítulo 11 do livro, no item “The totalitarian propaganda”.

ética. Nesse mesmo sentido, o professor da Universidade de São Paulo (USP), Tibor Rabóczkay<sup>IX</sup>, de origem húngara, ressalta:

O caráter antitotalitário da revolução húngara desde cedo se expressou em termos institucionais mediante a substituição do sistema unipartidário por um gabinete multipartidário, que propôs eleições parlamentares e se encaminhava para o cancelamento da dependência unilateral em relação à União Soviética (Jornal da USP USP, 2006).

Com base nessa nova estrutura, sua organização se deu a partir da “coordenação e integração por meio da formação de conselhos superiores de caráter regional ou provincial, dos quais finalmente os delegados a uma assembleia representativa de todo o país poderiam ser escolhidos” (Arendt, 2006, p. 259, tradução nossa). Ela seguiu a via contrária dos movimentos tomados por organizações que realizavam ações por meio do “domínio descontrolado das massas” (Arendt, 2018a, p. 76) e rapidamente se organizaram na forma de conselhos. Da mesma maneira, o Relatório das Nações Unidas (United Nations, 1957, p. 154) retrata que, ao final de outubro, o aparato do Partido comunista havia se colapsado na Hungria.

Esse colapso causado pela desaprovação geral da população gerou um vácuo na administração do país. Amparados no artigo 30 da Constituição da República do povo húngaro de 1949, os conselhos começaram a ser estabelecidos como órgãos administrativos do governo. Esse movimento de organização está assim descrito no Relatório (1957, p. 155, tradução nossa): “Conselhos Revolucionários e Operários se espalharam por toda a Hungria sem nenhuma direção central ou plano de coordenação, mas, com o passar dos dias, esforços foram feitos para alcançar

---

IX “Tibor Rabóczkay, nascido na região da Hungria – depois incorporada à Iugoslávia e hoje território da Sérvia –, é engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e pós-graduado em Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política (Fesp). É professor do Instituto de Química da USP e autor do livro *Repensando o Partido Verde brasileiro* (Ateliê Editorial)”. Disponível em: <https://www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp781/pag1213.htm>. Acesso em: 3 jul. 2022.

algum grau de coordenação”. Essa organização se iniciou e se expandiu de maneira rápida e espontânea, como evidencia Arendt:

Enquanto o Supremo Conselho permaneceu em preparação, os passos preliminares necessários foram dados por toda parte: conselhos operários centrais já estavam funcionando em várias áreas; conselhos revolucionários nas províncias estavam coordenados e planejavam organizar um Comitê Revolucionário Nacional que substituiria a Assembleia Nacional (Arendt, 2018a, p. 83).

Tais conselhos tiveram funções políticas e econômicas (apesar de a autora admitir que não é possível uma separação completa de ambos) nos governos locais e até central, nos quais a pensadora dá enfoque ao âmbito político. Mesmo tendo surgido juntos, Arendt (2018a, p. 79) afirma que deveriam ser separados, “pois os primeiros eram, em primeiro lugar, uma resposta à tirania política, enquanto estes últimos, no caso da Revolução Húngara, foram a reação contra os sindicatos que não representavam os trabalhadores, mas o controle do partido sobre eles”. O Relatório do Comitê das Nações Unidas também explica que os conselhos dos trabalhadores organizados nos centros de trabalho, como minas e fábricas, exerceram um papel relevante nas ações políticas. Todavia, seu propósito central seria assegurar aos trabalhadores uma real participação na administração dos empreendimentos. O Relatório do Comitê (1957, p. 22, tradução nossa) aponta que a formação de Conselhos Revolucionários e Operários foi um dos traços mais característicos e que “representou o primeiro passo prático para restaurar a ordem e reorganizar a economia húngara em uma base socialista, mas sem o controle rígido do Partido ou o aparato do terror”.

Com efeito, Arendt explica que o diferencial da Hungria em relação aos conselhos revolucionários da Rússia, por exemplo, é que seus conselhos

emergiram para além da organização dos trabalhadores e estudantes<sup>X</sup>, expandindo-se para as vizinhanças, entre artistas, escritores, civis, exército, e assim por diante. Esses órgãos passaram a operar “como um local de debates e deliberação e tinham autoridade para ‘conduzir a gestão e a organização da vida coletiva’” (Starling, 2018, p. 10). Assim também retrata o Relatório do Comitê das Nações Unidas (1957, p. 157) ao elucidar que a partir do dia 24 de outubro, diversos Conselhos Revolucionários foram constituídos em vilas, bairros e cidades e passaram a assumir as funções administrativas da região. Desse modo, as demandas regionais eram levadas adiante por meio dos conselhos. No Relatório do Comitê (1957, p. 158), também consta a contribuição desses órgãos na distribuição de suprimentos para a continuidade da resistência, fator destacado para ilustrar a preocupação com a organização geral do movimento revolucionário.

A partir dessa rápida mobilização política por parte da sociedade, “a formação dos conselhos em cada um desses diferentes grupos transformou uma proximidade mais ou menos acidental em uma instituição política” (Arendt, 2006, p. 259, tradução nossa). Sua expansão se deu por meio de conselhos regionais, revolucionários e até um Supremo Conselho Nacional, os quais estavam deixando-os próximos de uma nova organização do corpo político do país. A organização se dava de tal maneira que, nos conselhos de Budapeste, os participantes se encontravam a cada dois ou três dias e distribuíam as responsabilidades políticas e as tarefas de emergências relacionadas à resistência perante os russos. Muitos deles adotaram as 16 demandas dos estudantes como um planejamento político para o restabelecimento da ordem do país de acordo com a administração húngara (United Nations, 1957, p. 160).

---

X No que tange à juventude, Arendt (2018a, p. 66) insere na nota de rodapé número 27 a fala de uma jovem presente no mesmo Relatório das Nações Unidas sobre a Revolução Húngara que estamos referenciando neste artigo: “Mesmo que possamos carecer de pão e de outras necessidades da vida, nós queríamos liberdade. Nós, os jovens, éramos especialmente incapacitados por termos sido criados entre mentiras. Nós tínhamos que mentir continuamente. Nós não podíamos ter uma vida saudável, porque tudo nos era forçado. Nós queríamos liberdade de pensamento”.

Além disso, foram formados conselhos dentro do Banco Nacional, na Suprema Corte e nos Escritórios Oficiais do Governo, bem como em embaixadas, como na de Belgrado. Em alguns casos, os ministros foram inseridos no conselho; em outros, foram removidos de seu posto (United Nations, 1957, p. 163). Esses conselhos desempenharam papel fundamental na política do governo apontando as demandas e fazendo declarações, nas quais o Relatório citado destaca duas, uma feita pelo Comitê Revolucionário do Ministério Estrangeiro alegando que a organização estava conforme a “liberação húngara” dos responsáveis pelos atos criminosos por parte do governo. Outra declaração reivindicava a substituição das pessoas que estivessem na liderança dos atos criminosos cometidos também pelo governo.

No dia 31 de outubro, o Conselho Revolucionário na Suprema Corte e em outras Cortes aboliu os julgamentos secretos. O Conselho Revolucionário do Ministério da Educação, por sua vez, declarou o fim do ensino obrigatório de russo nas escolas e do ensino religioso como opcional segundo a escolha dos pais dos alunos. O relatório do Comitê das Nações Unidas (1957, p. 165, tradução nossa), explicitam essas ações: “Ao final de outubro, Conselhos individuais sentiram a necessidade de estabelecer uma organização central para coordenar o trabalho dos numerosos Conselhos Revolucionários e Comitês”.

No entanto, antes que essa organização pudesse ter se concretizado completamente, o território foi invadido pelas tropas soviéticas. Nesse sentido, o Relatório também pontua que “muitos dos Conselhos Revolucionários da Grande Budapeste foram eleitos por voto democrático, mas em muitos distritos não havia tido tempo para organizar encontros em massa para uma eleição democrática antes que as forças soviéticas intervissem novamente no dia 4 de novembro” (United Nations, 1957, p. 159, tradução nossa). Dessa maneira, na busca por retomar a liderança, 12 dias após o início do movimento revolucionário, o exército russo invadiu o território húngaro. Contudo, demorou cerca de três semanas para pacificar o país por completo. Por essa razão, Arendt destaca o que também é possível identificar no Relatório das Nações Unidas; isto é, o nível avançado da organização política recém-criada na Hungria.

É importante observar que no processo de desmonte, objetivo principal era dar fim aos centros de auto organização política. Os primeiros golpes foram direcionados aos Conselhos Revolucionários, “o órgão de ação e representação do povo como um todo” (Arendt, 2018a, p. 87). Após a repressão desses Conselhos e a dispersão da população do espaço para a liberdade política, os Conselhos Operários foram os próximos a serem dissolvidos, pois foram interpretados pelo regime repressor como “substitutos para os sindicatos dirigidos pelo partido e pelo governo” (2018a, p. 87). Assim, todos os espaços adquiridos pela população foram aniquilados, bem como suas organizações, planejamentos e comunicações, de modo que a repressão desta revolução pudesse servir de exemplo para que os demais países satélites não se inspirassem nos feitos húngaros.

### **A lição dos conselhos revolucionários para os corpos políticos**

Para Arendt, acontecimentos como esses discutidos no presente artigo não são causados por forças sobre-humanas ou ferramentas técnicas. São frutos da própria ação humana e, por essa razão, “são os professores verdadeiros, por serem as fontes de informação mais confiáveis para os engajados em política” (2018a, p. 31). Nesse cenário, a pensadora aponta que o contexto histórico-político da Revolução Húngara realmente teve grande significado no processo, “mas não determinante o bastante para iniciar um daqueles processos automáticos que quase sempre parecem aprisionar a história e que, na verdade, nem mesmo são históricos, se entendermos como histórico aquilo que é digno de ser lembrado” (Arendt, 2018a, p. 24).

Essa não determinação do contexto sobre as possibilidades de ações seguintes está relacionada com o aspecto imprevisível da ação, que ultrapassa qualquer tentativa de determinar a maneira como ela irá se configurar. É por meio da ação e do discurso que os homens se distinguem a si próprios, por isso, são modelos em que os seres humanos aparecem uns aos outros não como objetos físicos, como *qua* homens. Tal teor

deste aparecimento depende da iniciativa, contudo, nenhum ser humano pode se abster deste ato inicial sem perder sua condição humana (Arendt, 2019, p. 218).

Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra *archein*, ‘começar’, ‘conduzir’ e, finalmente, ‘governar’), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir” (Arendt, 2019, p. 219).

Dessa maneira, a ação e o discurso ocorrem entre homens, uma vez que é dirigido a eles, e são elementos que conservam a capacidade de revelar o agente, de modo que o interesse é concebido de maneira mais literal, “algo que *inter-essa* [*inter-est*], que se situa entre duas pessoas e que, portanto, é capaz de relacioná-las e mantê-las juntas” (Arendt, 2019, p. 226). O desvelamento do agente no ato é essencial, pois sem ele a ação “perde seu caráter específico e torna-se um fim como outro qualquer (2019, p. 223), o que ocorre quando o estar junto entre homens se esvai. Considerando esses apontamentos, identifica-se uma conexão entre a experiência política vivida e sua teorização: “Se traduzirmos para uma teoria essa ordem de prioridade dado ao extermínio da revolução, vamos descobrir que a liberdade de ação foi considerada como o maior perigo para a dominação total, seguida pela liberdade de pensamento” (Arendt, 2018a, p. 87).

Nesse sentido, ao refletir sobre o funcionamento dos sistemas de governo, o sistema de conselhos emergido no seio da Revolução Húngara foi interpretado por Arendt (2018a, p. 80) como “a única alternativa de representação democrática eleitoral à opção apresentada pelo sistema multipartidário continental, com sua insistência no interesse da classe, por um lado, ou uma ideologia, ou visão de mundo, por outro”. Todavia, se considerarmos o processo das revoluções modernas Francesa e Americana, seus sistemas de conselhos e seu funcionamento foram esquecidos, vencidos pelo sistema partidário. Essa espécie de vantagem dos partidos possui relação com “sua estrutura original oligárquica e até au-

ocrática, na qual os fazia tão absolutamente inconfiáveis para todos os fins políticos” (Arendt, 2006, p. 267, tradução nossa). Isso significa que aquelas pessoas que não faziam parte da oligarquia, simples civis e trabalhadores, não estavam inclusos na organização estrutural do Partido. Ao estabelecer o debate entre conselho e partido, Arendt (2006, p. 269, tradução nossa) traça alguns limites do sistema de partido, afirmando que é parte de sua natureza substituir “a ‘fórmula governos do povo pelo povo’ por esta fórmula: ‘governo do povo por uma elite surgida do povo’”. Essa substituição inverte a estrutura do corpo político de modo que um governo antes “feito” pelo povo agora era entendido como um grupo seletivo de pessoas, originadas do que seria o “povo”, que era o apoiador do governo em voga.

O problema da representação no Partido também é apresentado da seguinte maneira: “A ação não é uma prerrogativa do povo, mas do governo. A dimensão da compreensão da representação nos partidos é aquela que diz respeito à substituição dos agentes políticos e não uma ideia de representação como vínculo entre representante e povo” (Brito, 2021a, p. 123). Essa mera substituição de atores políticos distancia as reais demandas da base da população dos centros de administração e tomada de decisão, o que desequilibra a relação da representação do partido com seus apoiadores. Tal desequilíbrio é identificado por Arendt como uma falha no âmbito da fundação do corpo político.

Nessa perspectiva, a pensadora aponta a diferença entre os dois sentidos da representação: um primeiro, como substituição direta da ação do povo, no qual o governo se reduziria à simples administração e, com isso, a esfera pública desapareceria; e um segundo, que possui rotatividade por meio de uma eleição periódica, que, contudo, reafirma a “velha distinção entre governante e governados” (Arendt, 2006, p. 229, tradução nossa). Por essa razão, o problema da representação, considerado um dos mais complexos e ao mesmo tempo relevantes no contexto da concepção de política na era moderna desde as revoluções, “na verdade implica uma decisão sobre a própria dignidade da esfera política em si” (2006, p. 228, tradução nossa).

Sob esse viés, é possível percebermos que, no sistema de partidos, a liberdade política não é passível de ser desfrutada em sua completude. Os programas dos partidos, por sua vez, se resumiam em fórmulas prontas, já estabelecidas por uma elite política e, portanto, “exigiam não ação, mas execução – a ser executada energeticamente na prática”, como Rosa Luxemburgo apontou com tão assombrosa clareza sobre as questões em jogo” (Arendt, 2006, p. 256, tradução nossa). O que podemos observar é que os sistemas de conselhos e de partido são estruturalmente diferentes, uma vez que um se origina espontaneamente de diversas camadas da sociedade e o outro é formado por pessoas seletas que buscam expandir seu grupo.

Essa questão é explicada por Rubiano ao ressaltar que no sistema partidário, a participação política se limita a votar em delegado indicados dos partidos, bem como “aclamar um programa de governo dentre os programas apresentados pelos partidos que disputam uma eleição” (Rubiano, 2016, p. 229). Ao considerar esse tipo de relação entre população e representação, os partidos não seriam órgãos populares, ao contrário dos conselhos, que só apareceram no cenário político por meio “das ações e demandas do povo, e não foram deduzidos de uma ideologia, e tampouco previstos, muito menos preconcebidos, por nenhuma teoria da melhor forma de governo” (Arendt, 2018a, p. 81).

Em contraposição ao sistema de partido, os conselhos seriam lugar da livre expressão que, por meio do compartilhamento de opiniões, seria possível notar quem era a pessoa mais apta para expor os diferentes pontos de vista frente aos momentos de decisão nos conselhos gerais. Dessa maneira, a comentadora de Arendt explica que os eleitos dos conselhos não eram indicados por algum grupo “de cima”, mas sim escolhido entre e pelos seus pares (Rubiano, 2016, pp. 229-230). Além disso, eles também não eram escolhidos em detrimento de um programa ou uma ideologia, mas devido a “sua avaliação de um homem em cuja integridade, coragem e juízo pessoais ele deve acreditar o bastante para confiar-lhe a sua representação” (Arendt, 2018a, p. 82).

Assim, a eleição nos Conselhos não estaria limitada a um programa partidário de um grupo, mas dependeria do poder de persuasão, pelo qual

cada interessado emitiria suas perspectivas. Aquele que foi eleito, então, estaria comprometido somente com a confiança de que suas qualidades pessoais teriam a contribuir para o coletivo. No que tange à escolha de participação nesse espaço político, ela se daria de maneira espontânea, “de tal forma que os que não desejam participar dos assuntos públicos não são forçados a fazê-lo” (Duarte, 2001, p. 312). Nesse sentido, seus princípios fundacionais se diferem dos partidos na medida em que aqueles escolhidos para os conselhos os são pela base, não pela “máquina do partido” (Arendt, 2018a, p. 81).

Isso significa que os conselhos não seriam apenas instâncias representativas dos partidos e de sua estrutura, mas propriamente seriam a estrutura basilar, podendo até controlar os partidos (Arendt 2018a, p. 83). Por apresentar a capacidade de formular uma organização para o funcionamento de um corpo político mais ligado aos princípios republicanos, a pensadora defende o sistema de conselhos como “inquestionavelmente democráticos” (2018a, p. 81). Isto, pois, este sistema tinha seu objetivo explícito que era:

‘Lançar as fundações de uma república proclamada com todas as suas consequências, o único governo que encerrará para sempre a era das invasões e guerras civis’; não o paraíso na terra, não uma sociedade sem classes, não o sonho da fraternidade socialista ou comunista, mas a instauração da ‘verdadeira República’: tal era a recompensa que esperava como fim da luta (Arendt, 2006, p. 257, tradução nossa).

O fim dessa luta, por conseguinte, seria dado com o surgimento de uma força capaz de realizar essa transformação. Nessa perspectiva, destaca-se que a organização em torno dos conselhos, nos quais poderiam abarcar a ampla participação da população, exemplifica a compreensão Arendtiana de poder, que está ligada não com o domínio de um sobre o outro, mas sim com a ação em conjunto. Como explica Bernstein (2021, p. 109, grifo do autor): “O que é notável na concepção do poder de Arendt (e sua concepção da política) é que ela não deve ser compreendida de maneira vertical e hierárquica, que implicaria o controle de um indivíduo ou grupo *sobre* os outros”. À vista disso, onde há um

conjunto de pessoas, debatendo e agindo de maneira horizontal, é que podemos falar de poder no sentido Arendtiano.

Mesmo que se apresente como um espaço também de conflito de opiniões e ideias, essa própria diferenciação é imprescindível para Arendt, pois atesta a diversidade de pensamento e, logo, a existência de uma pluralidade de pessoas. Esta mesma pluralidade garante a diversidade dentro do espaço público e, em vista disso, não deve ser anulada ou neutralizada, mas sim integrada à organização política, considerando que ela é a própria condição da ação humana, uma vez que “somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (Arendt, 2019, p. 10). Por consequência, a condição humana da pluralidade implica diretamente o âmbito da política, isto é:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender (Arendt, 2019, p. 217).

É o estar junto, considerando a condição da pluralidade, que mantém fundamentada a união das pessoas em torno das ações e organizações. Não estando inseridos nessa convivência, os indivíduos são privados do poder e, assim, se tornam impotentes perante a sua participação nos assuntos referentes ao coletivo. Nesse aspecto, no que se refere aos conselhos, destaca-se “grande flexibilidade inerente ao sistema, que parece não precisar de condições especiais para seu estabelecimento, exceto da reunião e ação conjunta de certo número de pessoas de modo não temporário” (Arendt, 2018a, p. 83).

À vista disso, esses sistemas eram admirados por sua capacidade de transpor os limites de modo a gerar outro ambiente político, pois os

conselhos não só ultrapassavam todos os limites partidários, ou “membros de vários partidos se sentavam juntos nos mesmos conselhos, mas também que a filiação partidária não desempenhava absolutamente nenhum papel” (Arendt, 2006, p. 255, tradução nossa). Eles não tinham pertencimento a nenhum partido e, também por esse motivo, constantemente se viam em conflito com as Assembleias Gerais, uma vez que estas eram “filhas do sistema partidário” (Arendt, 2006, p. 256, tradução nossa).

Ao analisar a experiência da Revolução Húngara e de sua auto organização, Arendt (1972, p. 231, tradução nossa) identifica que o “sistema de conselho parece corresponder e brotar da própria experiência da ação política”. No entanto, o que considera como “órgãos espontâneos do povo” (Arendt, 2006, p. 241, tradução nossa), sempre que apareciam na cena política, era de maneira inesperada e, talvez por essa razão, eram, desde as revoluções do século XVIII, negligenciados pelas camadas de políticos, estudantes de política e partidários, bem como pela república em si.

Em contraposição a essa reação de menosprezo, nossa autora ressalta que os conselhos não eram órgãos somente de execução, mas também de ordem, pois sua aspiração era a criação de uma nova ordem, “que gerava conflito com os grupos de revolucionários profissionais, que queriam rebaixá-los a meros órgãos executivos da atividade revolucionária” (Arendt, 2006, p. 255, tradução nossa). Nesse sentido, sua capacidade deliberativa também é abordada e até melhor explicitada e listada nos registros do Relatório das Nações Unidas (1957). A partir dessas análises, depreendemos que a grandeza e o significado do evento revolucionário em si despertam a retomada da discussão sobre os conselhos, que aparecem como “um novo paradigma para a política democrática e para o problema da representação partidária” (Arendt, 2019, p. 202).

Por último, um outro ponto de destaque da revolução é sua compatibilidade com a compreensão de Arendt sobre poder no espaço público da não presença de uma figura centralizada como liderança. Para exemplificar, segue o depoimento de um professor húngaro na Comissão das Nações Unidas: “Foi único na história que a Revolução Húngara não

teve líderes. Ela não foi organizada, não foi centralizada. O desejo de liberdade era a força motivadora de toda ação” (Arendt, 2018a, p. 31). Esta fala traz uma questão crucial para a pensadora, dado que foi até citado por ela, pois se relaciona diretamente com sua concepção sobre o que é a política propriamente, como explica o intérprete de Arendt: “A política é uma forma de não governar; a política não envolve um indivíduo ou um grupo governando os outros. Pelo contrário, a igualdade política é essencial para a política; debatemos e agimos entre nossos pares” (Bernstein, 2021, p. 103).

Nessa perspectiva, o poder existe dentro do campo político no âmbito da capacidade dos humanos de agirem em concerto e conjuntamente fazerem uma obra; ou seja, praticarem uma ação (Arendt, 1972). Assim sendo, temos que a definição de política é intrínseca ao exercício da liberdade e da vida activa do homem no mundo. Nesse cenário, é possível identificarmos no fenômeno da revolução a relação estreita entre ação, política e liberdade. Portanto, a partir do que Arendt (2018a, p. 204) compreende como o significado da revolução, ela atesta:

A Revolução Húngara é a única que conheço, desde a Revolução Americana, em que a questão do pão, da pobreza e da ordem social não exerceu qualquer papel. Ela foi inteiramente política, no sentido que o povo não lutou por nada além de liberdade – liberdade de pensamento, de expressão e reunião –, e de que sua maior preocupação era a forma que seu novo governo assumiria (Arendt, 2018a, p. 204).

Com base nas reflexões Arendtianas, podemos afirmar que essa revolução trouxe, ao cenário político da Europa no século XX, o resgate da palavra liberdade em meio aos regimes totalitários. A reivindicação pela participação da população nos assuntos políticos acabou por se tornar um movimento revolucionário. Nesse contexto, é possível considerarmos esse movimento uma revolução no sentido Arendtiano, porque, além de ter iniciado com a destituição das lideranças russas e, portanto, com a quebra da autoridade vigente que já estava em crise, também iniciou a fundação de um novo corpo político baseado nos princípios da liberdade e da pluralidade. Diante do que foi explicitado, é possível

percebermos como as ações políticas e a organização desse espaço durante a Revolução Húngara impactaram o pensamento político da autora alemã. Essa visão é confirmada da seguinte maneira:

Uma vez que um evento como o levante espontâneo na Hungria ocorreu, toda política, teoria e previsão de futuras potencialidades devem ser reexaminadas. Sob essa luz, precisamos checar e alargar nossa compreensão da forma totalitária de governo, e também da natureza da versão totalitária do imperialismo (Arendt, 2018a, p. 31).

Nessa linha de pensamento, Carlos Fernando Silva Brito (2021a, p. 125) considera que os conselhos “serviriam de antídotos para as estruturas propícias para o surgimento do totalitarismo”, pois, sendo um órgão mais amplo de participação, evitaria o esvaziamento do espaço público. Junto a essa defesa dos conselhos, ao tratar das obras Arendtianas e da construção de seu pensamento, Heloísa Starling (2018, p. 9) ressalta a relevância do fenômeno revolucionário para o debate sobre política no século XX: “a Revolução Húngara confirmou a crença persistente de Arendt na dignidade da ação política, capaz de acender no tempo histórico o momento extraordinário e criativo em que os assuntos do mundo público são reapropriados pelos cidadãos”. Essa dignidade se faz presente nos acontecimentos revolucionários, uma vez que:

A voz da Europa Oriental, falando tão clara e simplesmente sobre liberdade e verdade, soava como uma afirmação última de que a natureza humana é imutável: de que o niilismo será em vão; de que, mesmo na ausência de todo ensinamento, e na presença de uma doutrinação insuperável, o anseio pela liberdade e pela verdade para sempre nascerá do coração e da mente do homem (Arendt, 2018a, p. 67).

Deprendemos daí que nasceu do coração e da mente dos revolucionários húngaros um movimento cujo fenômeno no século XX se estabeleceu como representante de um breve respiro frente ao contexto totalitário. Como característica do fenômeno da revolução, Arendt (2006, p.

254) afirma que não é possível invocar alguma tradição que tenha a ver com esse acontecimento para explicar como surge e ressurge o sistema de conselhos. No entanto, ela ressalta que seu aparecimento coincide com o momento de criação de um novo corpo político em todos os exemplos que cita, incluindo, finalmente, a Revolução Húngara. Então, explica: “É precisamente devido à falta de continuidade, de tradição e de influência organizada que o fenômeno é tão impressionante” (Arendt, 2006, p. 254, tradução nossa).

Na entrevista concedida por Arendt em 1970, há outra pista da influência da organização húngara no breve momento revolucionário em sua concepção de política e liberdade. Ao responder à pergunta sobre qual conceito de Estado a pensadora teria em mente, ela assevera que não tem concebido um conceito de Estado propriamente, mas ressalta a urgência em transformá-lo (Arendt, 1972, p. 229). Em seguida, questiona os estados soberanos que interpretam a guerra como um recurso para a resolução de conflitos sem considerá-la o último dos instrumentos. É devido a essa mudança de propósito da guerra pelo estado soberano que a pensadora defende a urgência em elaborar um novo conceito de Estado. Todavia, a autora alerta que ele não será fruto “da fundação de uma nova corte internacional que funcionasse melhor que a de Haia, ou uma nova Liga das Nações, já que os mesmos conflitos entre governos soberanos ou ostensivamente soberanos só poderiam ser novamente repisados lá” (Arendt, 1972, p. 230, tradução nossa).

Na via contrária a esse sistema de domínio de interesses, Arendt aponta os fenômenos das revoluções, os quais, “desde o século XVIII, todo grande levante desenvolveu realmente os rudimentos de uma forma inteiramente nova de governo, que surgiu independente de todas as teorias revolucionárias precedentes, diretamente fora do curso da revolução em si”. Apesar de, frente à maneira como os corpos políticos estão organizados, aparentarem ser uma “pura utopia” (Arendt, 1972, p. 231, tradução nossa), a pensadora também considera os conselhos como uma alternativa que tem aparecido concretamente por meio da organização política humana repetidas vezes ao longo da história das revoluções, com origens espontâneas, independentes de partidos e compostos por amplas camadas da sociedade.

Após explorar os principais aspectos da experiência dessa organização, podemos afirmar que “a Revolução Húngara figura no pensamento de Arendt como uma superação de algumas críticas feitas ao sistema de conselhos conforme apresentados nas revoluções americana e francesa” (Brito, 2021b, p. 127). Arendt a presenciou ainda em vida e, de certa maneira, esse evento restaurou sua esperança na ação humana em conjunto baseada em pressupostos da liberdade política e da pluralidade.

## Considerações finais

Diante da abordagem decorrida no presente artigo, é possível observar algumas chaves de interpretação Arendtiana sobre a política e seus eventos. Nesse sentido, a Revolução Húngara teria sido um breve respiro dentro de um contexto totalitário, que acabou por adquirir o que repressivamente se evitava, uma proporção maior do que simplesmente regional, e incitou posteriores atos de manifestação contra os regimes repressores.

A análise empreendida por Arendt desta Revolução nos leva a perceber que essa forma de governar por meio dos conselhos, que indicam horizontalidade, também aparece na Hungria no seio de seu movimento revolucionário. Considerando esse ponto de vista, podemos identificar um surpreendente aparecimento espontâneo do sistema de conselhos em fenômenos revolucionários desde as revoluções do século XVIII.

Porém, a rápida repressão ao movimento revolucionário nos direciona a outra conclusão Arendtiana de que os conselhos sempre tiveram seu aparecimento de maneira breve na cena política. Todavia, todas as vezes em que vieram à tona, mostraram a magnitude da ação conjunta. Portanto, a discussão sobre a organização por meio de conselhos e seus fundamentos é uma reflexão sobre a ação política conjunta, temática que anseia por aprofundamentos filosóficos, como já apontava Arendt.

Por fim, podemos afirmar que a perspectiva Arendtiana nos auxilia a compreender a contemporaneidade na qual nos encontramos. O esquecimento do espírito revolucionário de criar algo novo, ocorrido após as revoluções modernas, também pode ser identificado na Hungria, posto que o mesmo país, que, há mais de 60 anos, viveu uma experiência revolucionária, hoje está sob o governo cuja orientação é de extrema direita.

Esse governo submeteu os centros universitários e os centros de arte, lazer e saúde à administração de organizações privadas ligadas ao primeiro-ministro do país. Também está tomando medidas contra a comunidade LGBTQIA+, bem como fechando o país para a distribuição de migrantes na Europa. Na reportagem da CNN citada como rodapé, um comunicado feito pelo Parlamento Europeu afirmou que não se pode mais considerar a Hungria como uma democracia plena. Com efeito, o que se pode concluir é que nos encontramos em um contexto no qual as contribuições de Arendt são fundamentais para evitarmos o esquecimento da política e a ascensão de regimes autoritários, ou até mesmo totalitários.

## REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *Crisis of the Republic*. New York: Harcourt Brace & Company, 1972.
- ARENDT, Hannah. *Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt Brace & Company, 1979.
- ARENDT, Hannah. *On Revolution*. New York: Penguin, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Ação e a Busca da Felicidade*. Tradução Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018a.
- ARENDT, Hannah. *Liberdade para ser livre*. Tradução Pedro Duarte. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018b.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- BERNSTEIN, Richard. *Por que ler Hannah Arendt hoje?* Tradução Adriano Correia e Nádia Junqueira Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.
- BRITO, Carlos Fernando Silva. A relação entre revolução e Estado: crítica de Hannah Arendt ao modelo atual. *Griot: Revista de Filosofia*, v. 21, n. 3, p. 121-133, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.31977/grif.v21i3.2432>.
- BRITO, Carlos Fernando Silva. Hannah Arendt: da ação nas tragédias gregas aos conselhos revolucionários. *Revista Perspectivas*, v. 6, n. 2, p. 118-131, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.20873/rpv6n2-07>.
- DUARTE, André. Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. *Revista Trans/Form/Ação*, São Paulo, SP, n. 24, p. 249-272, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732001000100017>.
- JORNAL DA USP. *Hungria 1956, a revolução antitotalitária*, 23 de outubro de 2006. Disponível em: <https://www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp781/pag1213.htm>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- RUBIANO, Mariana de Matos. *Revolução em Hannah Arendt: compreensão e história*. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

STARLING, Heloísa Murgel. ‘Nota Introdutória’. In: ARENDT, Hannah. *Ação e a Busca da Felicidade*. Organização e notas Heloísa Starling. Tradução Virgínia Starling. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2018, pp. 7-18.

UNITED NATIONS. Report of the special committee on the problem of Hungary. *General Assembly Official Records: Eleventh Session, Supplement n. 18 (A/3592)*. New York, 1957. Disponível em: <https://mek.oszk.hu/01200/01274/01274.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

Recebido em 30 de outubro de 2023

Aprovado em 04 de março de 2024

Publicado em 30 de setembro de 2024